

Donato Giannotti, intérprete florentino da república de Veneza

Luís Falcão¹

Submetido em: 13/07/2019

Aceito em: 31/07/2019

Publicado em: 08/10/2019

Resumo

O artigo visa expor o principal argumento do pensamento constitucional de Donato Giannotti. Na grande crise da última república de Florença (1527-1530) e a possibilidade do retorno de um sistema de governo livre, Giannotti é o teórico republicano mais influente de sua geração. Ele produz uma análise da República de Veneza para compreender e inventar um novo regime para a sua cidade. Mas, fazendo isso, ele dialoga com o pensamento de Savonarola e Maquiavel, que escreveram sobre as vantagens e desvantagens do aristocratismo republicano de Veneza. O ponto de inovação de Giannotti nesse contexto intelectual é que ele objetiva equalizar todos os espaços políticos em uma nova interpretação do governo misto. Para concluir, sustento que a sua abordagem não é apenas importante para o desenvolvimento dos sistemas eleitorais modernos, mas também para a liberação de cada cidadão de seu grupo social. Por fim, Giannotti, sustentando isso, parece ser o pensador republicano mais democrático do Renascimento italiano.

Abstract

The paper aims to expose the main argument of the constitutional thought of Donato Giannotti. In the great crisis of the last republic of Florence (1527-1530) and the possibility of the revival of a free system of government, Giannotti is the most influential republican theorist of his generation. He produces an overlook of the Republic of Venice in order to

¹ Departamento de Ciência Política, Universidade Federal Fluminense.

understand and create a new regime for his city. But, in doing so, he dialogues with the thought of Savonarola and Machiavelli, who had wrote about the advantages and disadvantages of the aristocratic republicanism of Venice. The point of innovation of Giannotti in this intellectual context is that he aims to equalize all the political spaces in a new interpretation of the mixed government. To conclude, I sustain that his approach is not only important to the development of the electoral systems of modernity, but also to the liberalization of each one through each social group. Finally, Giannotti, in doing so, appears to be the most democratic republican thinker of the Italian Renaissance.

Introdução

Donato Giannotti é comumente considerado o último dos importantes pensadores republicanos do renascimento florentino. Sua vida e obra expressam todo seu esforço durante o último suspiro republicano de sua cidade (1527-1530). A fim de corrigir os erros institucionais de sua cidade, observa com atenção a constituição de Veneza, como vinha sendo feito havia quatro décadas². Com isso, Giannotti confere pertinência à sereníssima por quesitos até então inéditos. Ao perscrutar outra república, Giannotti não se furta a manter acesos os argumentos de seus conterrâneos, de tal maneira que Savonarola e Maquiavel são as primeiras e mais importantes referências na leitura giannottiana de Veneza.

Diante dessa circunstância, o artigo visa compreender a especificidade de Giannotti com relação à sua interpretação da sereníssima república. De Savonarola, ele retira o argumento em favor do Conselho Grande, de Maquiavel, a boa fortuna de sua geografia. Contudo, o mais interessante reside justamente no fato de que Giannotti se nega a transpor acriticamente as instituições ou em concordar que foi a simples vontade da

² SOLDINI, Hélène. “*Della repubblica de’ Viniziani* de Donato Giannotti, un project éditorial avorté”. In: RE, Salvatore Ió e TOMASI, Franco (eds.). **Varchi e altro rinascimento: studio offerti a Vanni Bramani**. Roma: Vecchiarelli Editori, 2013, p. 586.

fortuna permitir que Veneza tivesse todos aqueles benefícios dos quais seus conterrâneos elogiavam e todos os erros que criticavam.

Savonarola, as instituições e o Conselho Grande

Com a ascensão do governo liderado por Girolamo Savonarola, em 1494, após a expulsão dos Médici de Florença, um novo campo de disputas e debates se abriu³. Até aquele momento, acreditavam os florentinos que a forma de seu governo, comumente associada à república, era referenciada exclusivamente em seu próprio passado, nas instâncias legislativas e nas magistraturas de invenção da própria cidade de Florença que lhe conferiam uma liberdade sem par na península itálica⁴ (SOLDINI, *op. cit.*, p. 583). Além disso, era bastante difundida a ideia de que cada cidade tinha a forma de governo que lhe cabia, tornando inócua qualquer tentativa de incorporação de instituições provenientes de outros lugares. Até mesmo as referências às diferentes formas de governo existentes na península eram escassas e restritas a um seleto grupo muito próximo à família Médici⁵. A mudança da autoridade dos Médici para o apocalíptico frade dominicano abriu caminho para que novas instituições fossem aplicadas, testadas e novos modelos fossem reverenciados. Terminado, depois de sessenta anos, o tempo do poder dos Médici, necessitava agora a cidade repensar sua própria forma republicana.

O próprio Savonarola buscava, com os seus sermões, em outros lugares as instituições que caberiam à autocelebrada liberdade florentina que teria ficado ausente nas últimas décadas. Se a tradição de Florença não fora capaz de lhe conferir durabilidade de seu governo livre, restava, então,

³ RUSSO, Francesca. **Donato Giannotti: pensatore politico europeo**. Milano: Guida Editori, 2016, p. 46.

⁴ BARON, Hans. **The crisis of the early Italian renaissance: civic humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny**. New Jersey: Princeton, 1966, cap. 1 e 2.

⁵ GILBERT, Felix. "The Venetian constitution in Florentine Political Thought". In: Rubinstein, Nicolai (ed.). **Florentine Studies: politics and society in renaissance Florence**. London: Faber and Faber, 1968, pp. 129-130.

procurar elementos que lhe dessem estabilidade. Entre as mais celebradas repúblicas itálicas, Veneza já desfrutava de boa fama nesse quesito⁶. O caráter estreito de seu governo se coadunava densamente com seu histórico de relativa autonomia frente aos mais poderosos domínios peninsulares. Além disso, geograficamente afastada, com uma rede de comércio que ligava há muito a Europa e o Oriente, Veneza se destacava por seu autogoverno e sua permanência temporal. Todavia, foi a dimensão popular que chamou a atenção do monge.

Em fins de 1494, Savonarola prega em favor de um regime popular, apesar de aristotelicamente reconhecer que quando boa, a monarquia é o melhor dos governos e, quando ruim, a pior deles⁷. Dada a dificuldade de implementação do melhor dos regimes em abstrato, e as vantagens do governo popular, resta que as formas institucionais se adaptem a cada cidade, descartada, evidentemente, qualquer forma de tirania. Uma vez que as circunstâncias de Florença eram favoráveis ao povo e o pior dos regimes unitários havia se instalado, a opção mais cabível era a defesa do governo popular. Na sequência de seu argumento, afirma que os vícios de Florença, que já se espalhavam por toda a Itália, deviam ser combatidos por uma profunda reforma, eclesiástica e civil (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 81). Apelando ao bem público, Savonarola (*op. cit.*, p. 82) insula os cidadãos pela renovação da cidade, e invoca-os a rememorarem a liberdade em benefício de todos. Por pressuposto, entende ele que a cidade deve guardar a igualdade entre todos, de modo que “nenhum cidadão se faça chefe nem superior dominador dos outros na cidade” (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 83). O primeiro recurso para isso é bem conhecido dos florentinos: manter os cidadãos pobres e o Estado rico.

⁶ ALBERTINI, Rudolf von. **Firenze: dalla repubblica al principato: storia e conoscenza politica**. Traduzione di Cesare Cristofolini. Torino: Einaudi, 1995, p. 146. FALCÃO, Luís. “Veneza e Turquia: republicanismo e história”. **Revista de estudos políticos**. vol. 2, n. 7, 2013. SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 161.

⁷ SAVONAROLA, Girolamo. **Scelta di prediche e scritti di Fra Girolamo Savonarola con nuovi documenti intorno alla sua vita**. A cura di Pasquale Villari. Firenze: Sansoni, 1898, p. 77.

Esse estofa interpretativo conduz à conclusão de que, não obstante Florença ser, por suas particularidades, afeita ao regime popular e livre (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 84), não há uma só instituição capaz de canalizar tais características.

A forma que se iniciou não pode permanecer senão para aperfeiçoá-la. Acredito que não seja a melhor de todas a veneziana, que vocês tomam como exemplo, seguindo as coisas nela que não são apropriadas, como a vossa defesa do Doge. E ainda assim, acredito que seria bem, para animar cada um a se comportar virtuosamente, que os artesãos fossem beneficiados e induzidos a se portarem bem, através dos cargos políticos. E ainda assim, não seria fora de propósito que as maiores unções públicas não fossem feitas por eleição e as menores por sorteio (SAVONAROLA, *op. cit.*, pp. 84-85).

Ao citar o governo veneziano, o monge lhe atribui as três características tradicionais do governo misto: o Doge, o Conselho Grande, eleito, e o Conselho Menor, por sorteio. Apesar da aparência de equilíbrio entre os poderes, na verdade, trata-se de advogar pela soberania do Conselho Grande, inclusive, ampliando a participação a camadas até então excluídas da política, como os artesãos. A justificativa da escolha por eleição é que as mudanças se fazem lentamente e dentro da normalidade e previsibilidade institucional, permitindo, assim, que o regime se mantenha seguro e que, por isso, “se dará a cada um aquilo que é seu e que lhe convenha” (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 85). Se bem observado, é possível identificar até mesmo uma dimensão democrática na casa aristocrática, o Conselho Menor. Sendo ela escolhida por sorteio, característica distintiva da democracia entre os gregos e dada a ampliação da participação popular, a possibilidade de um governo efetivamente *largo* já está no horizonte.

No *Tratado sobre o governo de Florença*, de 1498, Savonarola se dedica a analisar as instituições que formavam o governo da cidade desde a retomada da república. Em sua vigorosa crítica à tirania, que poderia

encontrar solução tanto no reino quanto na república, a depender das circunstâncias de cada cidade (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 76), escreve: “Mas os homens sábios e prudentes, que desejam instituir um governo, devem, primeiramente, considerar a natureza do povo”⁸. Referenciando a tripartição clássica – governo de um, de poucos e governo civil (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 30) – responde: a “natureza, então, desse povo não é de suportar o governo de um príncipe, ainda que seja bom e perfeito” (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 31). Contudo, “não apenas não convém a este povo o governo de um, mas ainda não lhe convém o dos aristocratas [*ottimati*]” (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 32). É natural, para os florentinos, portanto, um regime civil e popular, regido por leis e autogovernado. Justifica assim a criação do Conselho Grande em 1494 a fim de manter a cidade em liberdade (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 34)⁹. Além disso, a vantagem de um governo *largo* reside ainda no fato de que a corrupção se desenvolve menos, uma vez que as relações pessoais se tornam menos importantes quando tomada a assembleia como um todo (SAVONAROLA, *op. cit.*, p. 57). Essa causa teórica para um regime popular encontrou solo fértil na tradição florentina, mas foi com a incorporação da instituição veneziana que ela se realizou.

Cabe aqui destacar que o monge dominicano não descuidava da dimensão mista e institucional da sereníssima. O que lhe confere particularidade, entretanto, é o fato de que o Conselho Grande era a incorporação simultânea de um governo que pendia para a dimensão popular e a criação institucional de uma casa democrática. Ocorre, porém, talvez devido ao trágico destino de Savonarola e de sua obra constitucional, que as referências às instituições venezianas com as devidas aplicabilidades à

⁸ SAVONAROLA, Girolamo. **Trattato sul governo di Firenze** (1498). A cura di Gian Carlo Garfagnini. Pisa: Edizioni della Normale, 2013, p. 29.

⁹ GUICCIARDINI, Francesco. “Del modo di ordinare il governo popolare: Discorso di Logrognò” (1512). In: **La libertà moderata**. A cura di Gennaro Maria Barbuto. Torino: La Rosa Editore, 2000, p. 32; GUICCIARDINI, Francesco. **Dialogo del reggimento di Firenze** (1521-1526). A cura di Gian Mario Anselmi e Carlo Varotti, Torino: Bollati Boringhieri, 2006, p. 23; POCOCK, J. G. A. **The machiavellian moment: Florentine political thought and the atlantic republican tradition**. Princeton: Princeton University Press, 2003, p. 283.

Florença ficaram relativamente adormecidas pelas décadas subsequentes, até serem despertadas por Giannotti.

Assim como o frade, Giannotti parte, em *La Repubblica Fiorentina*, da classificação aristotélica dos regimes em um, poucos e muitos que os Estados são divididos em repúblicas e principados¹⁰ (POCOCK, *op. cit.*, p. 296)¹¹. O objetivo das cidades é realizar a boa vida para todos e, para isso, a virtude é o critério adotado: quando concentrada em um homem, tem-se um reino, em poucos, um governo dos melhores (*ottimati*), em muitos, ele repete o nome, uma república (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 18). Mas o que chama a atenção é o fato de que o primeiro desses regimes é um “principado natural” (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 18)¹². A possibilidade de o melhor dos regimes ser um reino, e atribuir-lhe um caráter natural, confirma bastante o relativismo de suas colocações em modo semelhante ao que fizera Savonarola. Concordam ambos que, dadas as circunstâncias de distribuição das virtudes, o governo de um pode ser o melhor. Mas não aceitaria Giannotti que esse pudesse, como quer o monge dominicano, ser uma regra geral em abstrato. Essa distinção de fundo dos dois autores seria menos interessante não fosse o caso de ambos justificarem suas

¹⁰ GIANNOTTI, Donato. **Della repubblica fiorentina** (1531-1538). A cura di Théa Stella Picquet. Roma: Arcana Editrice, 2011, p. 17; CADONI, Giorgio. **Crisi della meditazione politica nel pensiero di N. Machiavelli, F. Guicciardini, D. Giannotti**. Roma: Jouvence, 1994, p. 247.

¹¹ É provável que a divisão inicial dos regimes em principados e repúblicas e, depois, em três formas de repúblicas, no sentido da tríade grega tradicional, tenha inspiração em Maquiavel (2010, p. 77), mas essa dupla classificação não era estranha ao renascimento italiano como um todo (SKINNER, *op. cit.*, p. 145).

¹² A noção medieval de principado por natureza reverbera no pensamento renascentista de tal modo que é possível encontrá-lo em diversos autores, republicanos ou não. Coluccio Salutati (SALUTATI, Coluccio. **Political Writings**. Edited by Stefano U. Baldassarri. Translated by Rolf Bagemihl. Cambridge: Harvard University Press, 2014, pp. 73, 77-79 e 181), por exemplo, afirma que cada cidade tem um correspondente governo que lhe é natural, incluindo a monarquia, que é o governo de um pautado em leis. Lippo Brandolini (BRANDOLINI, Aurelio Lippo. **Republics and kingdoms compared**. Edited and translated by James Hankins. Cambridge: Harvard University Press, 2009, pp. 39, 53, 103, 135, 191), um franco partidário do principado e da monarquia, argumenta algo semelhante ao afirmar que os respeitos às leis divinas requerem a obediência ao príncipe, o que, inclusive, implica em negação do governo das leis, pela virtude do governante, pois “a natureza não criou os homens com a mesma capacidade corporal e mental” (BRANDOLINI, *op. cit.*, p. 227) e, assim como as abelhas, os homens devem “obedecer a um único rei [...] originado da natureza” (BRANDOLINI, *op. cit.*, p. 243). Guicciardini (2006, pp. 27 e 32) comenta esse argumento.

posições pelo exemplo de Veneza. Para Savonarola, a sereníssima é o contraexemplo extensível para Florença; para Giannotti, apenas um caso de boa ordenação institucional (cf. POCOCK, *op. cit.*, p. 317).

Não é necessário, para os objetivos deste artigo, uma análise detalhada das instituições descritas por Giannotti. Mas é importante que fique claro quanto minuciosas elas são tratadas: a idade, as atribuições e as origens dos eleitores e eleitos¹³, datas específicas de cada eleição (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 318), espaçamento das votações de cada casa legislativa (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 322), hierarquia interna de cada órgão governamental (GIANNOTTI, 1840, *op. cit.*, p. 325), a ordem dos pronunciamentos públicos (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 336) etc. Toda essa arregimentação tem a função de garantir a lisura do processo político-deliberativo e, com ele, o bem público (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 333).

O pressuposto desse arcabouço é que, interpostas as vontades distintas, os homens não conseguirão agir de modo diferente daquele em prol do bem público, mesmo que assim o desejem. Encontra-se aqui a conhecida fórmula, inspirada originária e explicitamente em Aristóteles e Políbio, do balanceamento em direção ao equilíbrio de poderes. Interessante que Giannotti empregue um vocabulário bem específico para a conhecida solução republicana: “competição” (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 338). Tanto no que se refere às disputas eleitorais quanto à subsequente aprovação de magistraturas, a contraposição via competição é o modo por ele encontrado para internalizar as vontades parciais da república¹⁴ (CADONI, *op. cit.*, p. 239). Assim, segue a tradição florentina, esplendorosamente elogiada desde Maquiavel – “julgando-o mais firme e estável [o governo misto], porque um guarda o outro”¹⁵ (cf. SAVONAROLA, 1840, p. 56) – de

¹³ GIANNOTTI, Donato. **La repubblica Fiorentina e la Veneziana di Donato Giannotti**. Veneza: Co' Tipi Del Gondoliere, 1840, pp. 316, 322 e 330.

¹⁴ BISACCIA, Giuseppe. **La “Repubblica fiorentina” di Donato Giannotti**. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1978, p. 35.

¹⁵ MACHIAVELLI, Niccolò. **Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio** (1517). A cura di Giorgio Inglese. Milano: BUR, 2010, p. 67.

que um poder “guarda” o outro (GIANNOTTI, *op. cit.*, pp. 74, 79 e 109). É justamente na observação mútua (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 109) das instâncias governamentais onde o ideal do governo misto se encontra com a divisão dos poderes e distintas atribuições de funções¹⁶.

Para Giannotti, Veneza não é um modelo de república bem ordenada porque severamente regida por leis, mas é severamente regida por leis porque tem suas instituições políticas precisamente arregimentadas e adaptadas às características da cidade (GIANNOTTI, *op. cit.*, pp. 340-341; RUSSO, *op. cit.*, p. 68). Emerge aqui outra proximidade com Savonarola. A compatibilidade entre os dois ideais republicanos, o governo das leis e as adaptações institucionais às circunstâncias dos lugares e épocas, é feita simultaneamente seguindo um modelo apreciável em abstrato e o realismo político (GIANNOTTI, 2011, p. 15; RUSSO, *op. cit.*, p. 58): para o monge dominicano, a monarquia de fundo tomista e a tradição florentina; para Giannotti, a precisão das instituições venezianas e a necessidade de reordenação de Florença. O que o frade recolhe de Veneza, mais que outra coisa, é o Conselho Grande, a dimensão *larga* do governo misto. Contudo, para Giannotti, é o equilíbrio em si mesmo a principal referência àquela cidade (ALBERTINI, *op. cit.*, p. 148). Não é obra do acaso os argumentos institucionalistas estarem presentes em ambos os autores:

Em 1494, com a invasão do rei Carlos, a cidade recuperou sua liberdade e mandou para o exílio os tiranos [...]. Foi ordenado, nessa época, com a ajuda do frade Girolamo Savonarola, homem prudentíssimo, o Conselho Grande. E, de fato, ele foi o autor (alguns dizem que foi o frade Girolamo, outros que foi Pavolantonio Soderini, que, tendo sido pouco antes embaixador em Veneza, tomou de exemplo o Conselho Grande veneziano para introduzi-lo em Florença)¹⁷.

¹⁶ BIGNOTTO, Newton. “Donato Giannotti e o problema do regime misto”. In: ADVERSE, Helton (org.). **Filosofia política no renascimento italiano**. São Paulo: Annablume, 2013.

¹⁷ GIANNOTTI, Donato. **Opere politiche e letterarie**. Firenze: Felice le Monnier, 1850 vol. 1, pp. 86-87.

Resgatando passagens históricas de sua cidade, Giannotti atribui a criação do Conselho Grande a Savonarola e a Soderini, este, por ter observado as instituições venezianas quando embaixador naquela cidade (cf. GILBERT, *op. cit.*, p. 162, n. 40; POCOCK, *op. cit.*, p. 293). Mas, diferentemente de Savonarola, a função do Conselho Grande é a de ordenar a cidade de modo a equilibrar os poderes, usurpados há muito pelos Médici (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 2, p. 8)¹⁸. Até o momento, Florença pendia ao regime estreito, quase tirânico, daí a necessidade de elevar o poder do povo a fim garantir um governo civil e livre, mesmas expressões empregadas por Savonarola.

Por outro lado, quando Giannotti traça em abstrato a boa ordenação das instituições republicanas, rechaça, em parte, a experiência equilibrada de Veneza. Em *La Repubblica Fiorentina*, dado o critério da durabilidade e liberdade das cidades, Giannotti privilegia fontes antigas para afirmar que há dois modos de organizar um governo misto: pela distribuição equitativa dos poderes ou pela distribuição desigual. Recorrendo mais uma vez ao realismo político, diz o autor que, mesmo que fosse desejável, é impossível temperar a distribuição de poderes de tal modo que sejam precisamente equivalentes e, assim, guardando-se mutuamente. Para tal, seria antes necessário que o legislador transformasse a diversidade dos estratos sociais existentes nas cidades em uma igualdade perfeita (cf. RUSSO, *op. cit.*, p. 168). Ainda que fosse possível essa empreitada, seria desastrosa, pois, tornar-se-iam todos igualmente ambiciosos, resultando em dissensões, tumultos e a ruína por fim (GIANNOTTI, 2011, pp. 117-122).

À primeira vista, ocorre uma clara incompatibilidade desse argumento, fincado no exemplo de Roma, com o elogio do equilíbrio da sereníssima. Afinal, para Giannotti, a república mista deve ser equilibrada ou desequilibrada? É necessário, antes, ter claro que o que Giannotti entende pela “inclinação” de uma república a um dos três poderes significa que o

¹⁸ TAFURO, Antonio. **Donato Giannotti, Dalla repubblica di Venezia alla repubblica di Firenze: studio costituzionale, esperienza amministrativa, progetto politico**. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2007, p. 73.

grau de dependência mútua não é igual e o critério para que se penda o poder para um ou outro é a liberdade da cidade (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 124; cf. TAFURO, *op. cit.*, p. 87). Em sua análise paulatina de cada caso, conclui com certa velocidade que inclinar a república ao poder monárquico deve ser descartado, uma vez que o rei rapidamente se transforma em tirano (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 127). Descreve, simultaneamente, na sequência, as outras duas possibilidades para concluir pelo povo. Não sendo o humor do povo voltado à dominação, maquiavelianamente, mas o de não ser dominado, torna-se este o mais seguro guardião da liberdade (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 134). Além disso, não é menos desenvolvido que os grandes em matéria de prudência, sabe mandar como obedecer, é educado e, unido, é sábio (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 137; cf. TAFURO, *op. cit.*, p. 43).

A descrição sistematizada das instituições de Veneza pode levar ao equívoco de se interpretar Giannotti como um pensador do constitucionalismo de matriz utópica (CADONI, 1978; CADONI, 1994, p. 242)¹⁹ e, com isso, alguém que julgue pertinente a exportação acrítica das instituições venezianas (cf. ALBERTINI, *op. cit.*, p. 152; RUSSO, *op. cit.*, p. 171). Na verdade, o estudo constitucional de Veneza lhe permitiu observar no Conselho Grande a casa que faltava à Florença. Somado ao péssimo exemplo de Roma, que além de não ter durado o que poderia, não manteve a liberdade. Conclui o autor que, via de regra, as repúblicas devem se inclinar ao poder popular, em sentido muito similar ao de Savonarola.

Uma evidência importante de que a reordenação de Florença inspirada em Veneza possuía o mesmo valor para os dois reside na descrição de uma de suas qualidades intrínsecas. Como apontamos acima, Savonarola recomenda a instituição do Conselho Grande para tornar público o acesso às deliberações e reduzir ou mesmo obliterar as influências privadas.

¹⁹ CADONI, Giorgio. *L'utopia repubblicana di Donato Giannotti*. Roma: Giuffrè Editore, 1978.

Mas, porque seria muito difícil congregiar todos os dias todo o povo, seria preciso instituir um certo número de cidadãos, que tenha autoridade sobre todo o povo. Mas, porque o pequeno número poderia ser corrompido com amizade e parentesco e dinheiro, é preciso constituir um grande número de cidadãos (SAVONAROLA, *op. cit.*, pp. 56-57).

Não fosse uma impossibilidade técnica de se reunir todos os cidadãos, supõe-se, nenhuma instituição representativa seria necessária. Assim, é a presença do elemento popular que impede a corrupção pela amizade, parentesco e dinheiro; aspectos que afastam os homens do bem público. A essência dessa percepção também se encontra em Giannotti ao esclarecer as relações de competição entre as instâncias governamentais²⁰. Quando um magistrado é nomeado, deve passar pelo crivo de outros órgãos a fim de que ele não seja beneficiado por causas particulares. Por isso, “quem nomeia um magistrado que administre o dinheiro deve ser fiador de todo o dano que ele possa fazer, [...] se quem o nomeou objetivava o bem comum, julgando com o nomeado ser útil à república, ou se por amizade ou qualquer outra causa particular” (GIANNOTTI, 1850, vol. 1, p. 342). Aqui, as promiscuidades das relações de poder se passam pelas relações pessoais e, desse modo, a responsabilidade aumenta quando há dinheiro envolvido ²¹. Portanto, a utilidade pública assume um caráter

²⁰ Um argumento muito semelhante se encontra em Guicciardini (2006, p. 57). É bastante interessante que, em três diferentes momentos do pensamento republicano, Savonarola, Guicciardini e Giannotti, ocorra a preocupação com as relações de pessoais de poder e mando, em direta ou indireta referência aos Médici. Logo após a morte de Lorenzo de Médici, em 1519, e com a crise institucional instalada, Goro Gheri (GUERI, Goro. “Instruzione per Roma”. In: ALBERTINI, Rudolf von. **Firenze: dalla repubblica al principato: storia e conoscenza politica**. Traduzione di Cesare Cristofolini. Torino: Einaudi, 1995.), franco partidário da família principesca, escreve a *Instruzione per Roma*, na qual aconselha os líderes Médici a usarem da amizade, relações pessoais e recursos financeiros para a manutenção do poder então ameaçado. Isso indica que tais práticas não eram exatamente camufladas ou desconhecidos daqueles que circundavam o poder, era, de fato, uma estratégia comum desde Cosimo de Médici. Gheri mobiliza os mesmos termos dos republicanos, a ambição dos florentinos pode ser manejada pelos Médici a ponto de reordenarem a cidade a seu favor. Cf. Tafuro (*op. cit.*, p. 37).

²¹ Um exemplo constante oferecido por Giannotti é o tamanho do poder de Cosimo de Medici. Ao longo de sua ascensão, Cosimo de Medici acumula poder e mando em Florença por distribuir prebendas, prestígio e dinheiro para cidadãos poderosos a fim de, com isso, conquistar-lhe o

diametralmente oposto à amizade e personalidade (cf. TAFURO, *op. cit.*, p. 92). O fato é que para Savonarola e Giannotti, amizade e dinheiro interferem negativamente nos processos políticos, mas a solução de cada um não é exatamente a mesma.

O argumento do monge é que quanto maior uma assembleia for, maior será a pulverização da personalidade e, assim, o bem público se torna mais factível. Giannotti, ao contrário, advoga uma contraposição de poderes pendente à dimensão popular de modo a barrar a mesma causa da corrupção. Em outras palavras, o bem comum de Savonarola reside no povo em si mesmo, já para Giannotti, apesar de sua crítica ao conflito político (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 1, p. 85), ele está na contraposição institucional do governo misto veneziano. Leitor de Maquiavel, defensor da liberdade e da forma de governo republicanas, bem como do império das leis (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 1, p. 341), Giannotti encontra limite na teoria do antecessor de seu cargo na chancelaria quando nega que seja o conflito legitimador da liberdade e do governo das leis, como quer Maquiavel. Mas o recebe por outro caminho, igualmente pensando no exemplo veneziano.

Maquiavel e a geografia veneziana

As referências de Maquiavel sobre Veneza são esparsas e diluídas em suas obras, mas alguns traços comuns podem ser identificados. A primeira e mais evidente marca distintiva entre os dois secretários reside justamente na concepção do modelo republicano como um todo. Para Maquiavel, apesar da importância comparativa da sereníssima com outras repúblicas antigas e modernas e mesmo com principados²², em hipótese

apoio, mesmo que permanecesse desconfiado. O resultado não poderia ser outro senão a tirania e a perda da liberdade. Cf. Giannotti (2011, pp. 58-62), Soldini (*op. cit.*, p. 585) e Tafuro (*op. cit.*, p. 137).

²² MACHIAVELLI, Niccolò. “Storie fiorentine” (1526). In: **Opere**. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaudi, 1997, 3 vol., pp. 347-348.

alguma ela supera a grandeza de Roma. De fato, de um ponto de vista institucional, a cidade eterna, ao internalizar os tumultos, garantiu sua liberdade (MACHIAVELLI, 2010, p. 70-72). O contraste inconcluso das hipóteses de que Roma teria sido fundada por um estrangeiro ou por um nativo, avizinha-a de Veneza no segundo caso, mas difere-se dela quando se observa que a ordenação constitucional não dependeu de seu fundador, mas dos acidentes que se seguiram (MACHIAVELLI, *op. cit.*, pp. 64 e 68). Diferencia-se Veneza também pelo fato de seu fundador não ser um único homem, mas a reunião coletiva de diferentes povos. Essa é uma marca distintiva da qual suas consequências não são aceitas por Giannotti. Nenhum fundador, para Maquiavel, foi capaz de ordenar uma cidade como Roma, nenhuma organização constitucional a superaria. Veneza, por ter sido fundada e ordenada por seu próprio povo, fugindo dos hunos, não tinha qualquer compromisso com governos anteriores, assim, “começaram entre eles, sem outro príncipe particular que lhes ordenasse, a viver sob aquelas leis que lhes pareciam mais adaptadas a se manterem” (MAQUIAVEL, *op. cit.*, p. 61). Embora reconheça que ambas as cidades se originaram livremente, e assim se mantiveram por longo tempo, o isolamento geográfico dos venezianos lhes favoreceu.

A fim de se protegerem dos ataques de Átila, os habitantes de Aquileia, sitiados pelo huno, decidiram se refugiar na encosta do mar Adriático, num lugar onde ninguém residia. Com o mesmo temor, paduanos e habitantes de outras regiões do Vêneto tomaram o mesmo rumo. As condições de vida ao norte do Adriático, particularmente para a agricultura, eram bem mais difíceis, levando os povos recém-chegados a estabelecerem leis e ordenações que driblassem tal infortúnio. Aliás, a própria Roma passara por algo semelhante quando Enéas escolheu o lugar para assentar a cidade: “deve-se considerar se seria melhor escolher um lugar estéril para edificar as cidades, de tal modo os homens sejam coagidos a se industriarem, menos ocupados com o ócio, vivem mais unidos, tendo a pobreza do lugar menor causa para a desordem” (MACHIAVELLI, *op. cit.*, p. 62). A fertilidade do solo de onde se ergueria Veneza era bem inferior do que as terras ao redor, mas

coagidos pela necessidade, deixaram lugares amenos e férteis e foram habitar lugares estéreis, desformes e sem qualquer comodidade. E para unirem-se em um único povo de uma vez, em brevíssimo tempo fizeram aquele lugar não apenas habitável, mas também prazeroso, e constituíram entre eles leis e ordens, entre tantas ruínas na Itália, que assim desfrutaram de segurança (MACHIAVELLI, 1997, p. 349).

Retoma-se aqui o tema recorrente dos *Discorsi* se os homens operam por necessidade ou por escolha. Certamente, nenhuma das cidades pôde optar pelas características naturais do local de sua ordenação e igualmente se viram forçadas a se estabelecerem em solos estéreis. Em regiões menos propícias à agricultura, os cidadãos tendem a ser mais unidos e industriosos, ao passo nos lugares férteis, são menos expansionistas e voltam-se mais para suas próprias vidas e afazeres, levando-os, assim, a se tornarem alvos mais vulneráveis aos ataques de outras cidades. Contudo, em ambos os casos, solos férteis ou não, são necessárias boas ordenações, seja para dispor militarmente o povo ou para evitar o ócio dele, mas não são igualmente imprescindíveis as leis: “Digo, então, ser mais prudente escolher um lugar fértil, quando esta fertilidade seja contida nos seus devidos termos pelas leis” (MACHIAVELLI, 2010, p. 63). O que difere Roma de Veneza é justamente a capacidade de as leis refutarem as condições naturais nas quais os habitantes se encontravam e, conseqüentemente, dar-lhes boa ordenação.

O acaso foi o principal responsável pela internalização romana dos conflitos, a extensão da cidadania a povos conquistados e, conseqüentemente, a expansão (MACHIAVELLI, *op. cit.*, pp. 64-69 e 77). Veneza, pelo contrário, cresceu pelo medo das invasões externas, edificada por nativos, sem príncipe e com suas próprias leis, por isso, se fez livre (MACHIAVELLI, 1997, p. 350; MACHIAVELLI, 2010, p. 61). Contudo, o acaso igualmente lhe favoreceu a liberdade e as relações comerciais. O solo estéril da costa do Adriático empurrou seus habitantes para a navegação que, por sua vez, tornou-os exímios comerciantes,

atraindo assim um fluxo migratório que, durante algum tempo, fez a cidade pujante. A clareza maquiaveliana do papel desempenhado por Veneza nas relações com outros lugares, entre repúblicas e principados italianos, a Grécia, a França e diversas regiões do Oriente próximo, confirma sua interpretação de que a expansão comercial veneziana esteve diretamente atrelada a causas externas. Por isso mesmo, ausente a virtude das instituições romanas, Veneza encontra sua derrocada no primeiro momento em que ameaça seus adversários. Estes, unidos, “em um dia, foi tomado o Estado que, em muitos anos, havia com infinitos estipêndios adquirido” (MACHIAVELLI, 1997, p. 350; cf. MACHIAVELLI, 2010, p. 78).

A opção pelo modelo romano se passa, assim, pelas causas internas de sua ordenação, ainda que a fortuna lhe tenha sorrido e o acaso lhe oferecido originariamente as ordens. “Tal modo [do governo dos nobres de Veneza] foi dado pelo acaso mais do que pela prudência de quem lhes deu as leis” (MACHIAVELLI, *op. cit.*, p. 75). Um aspecto interessante dessa análise é que Veneza, nesse ponto muito próxima de Esparta, manteve sua ordenação de modo mais ou menos intacto da invasão hunna no século V ao surgimento da Liga Cambrai em 1508. Se lembrarmos que Maquiavel (*op. cit.*, p. 64) elogia Esparta por sua duração de pouco mais de oitocentos anos, mereceria a sereníssima ainda mais louvores, por ter resistido trezentos anos a mais. Uma hipótese plausível para explicar tal silêncio do secretário florentino é que Esparta foi fundada por um homem de reputação e habilidade: Licurgo (MACHIAVELLI, *op. cit.*, pp. 65 e 87). Embutido no silêncio da duração de Veneza está implícito o elogio à capacidade humana de ordenar as repúblicas; a sereníssima, pelo contrário, deve muito mais ao acaso.

O fato é que, para Maquiavel, Veneza, de algum modo explicado pelos caprichos da fortuna unidos a alguma tendência pacifista daqueles povos respeitadores das leis e unidos pelo medo, se mostra como reminiscência do passado. É verdade, sem a virtude dos romanos ou a disciplina dos espartanos. A esterilidade do solo de uma região lançada ao mar e aberta às nações estrangeiras fez de Veneza propensa à indústria e ao comércio

e igualmente defendeu-a das invasões por mais de mil anos.

O ponto a ser destacado da relação com Giannotti é justamente o aspecto geográfico de tal argumento (POCOCK, *op. cit.*, p. 275). Assim como Maquiavel, seu sucessor na chancelaria atribui às condições agricultáveis o isolamento e, por isso, a possibilidade de se viver mais tranquilamente: “A cidade de Florença, como é sabido por todos, nasceu sob o Império de Roma, e viveu sob ele por um longo tempo, não lhe aconteceu nenhuma mudança que não fosse oriunda do Império romano, e por estar em lugar estéril e montanhoso, no meio da Itália, era a menos molestada de todas as cidades” (GIANNOTTI, 1850, vol. 2, p. 107).

De fato, a vantagem relativa de Veneza, em Maquiavel, é apropriada por Giannotti para Florença, apesar de seu antecessor na chancelaria não ter indicado essa vantagem para sua cidade. Giannotti observa em Florença a capacidade de ordenar política e militarmente como as grandes repúblicas do passado, mas não se recusa a aceitar os benefícios naturais que a cidade desfruta. Portanto, trata-se realmente da recomendação de Maquiavel, a de que o solo deva ser fértil, porém, com as leis capazes de inibir o ócio, promover a indústria e a ação. O caso geográfico de Veneza consiste igualmente em uma questão de fortuna e não de virtude: “Eu me alegro tanto de ser essa cidade [Florença] produto da natureza, principalmente em Itália, a rainha de todas as províncias. Depois dela, vejo na cidade de Veneza aquela virtude dos antigos romanos e gregos das quais se leem e se louvam” (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 2, p. 28). Embora Veneza tenha sido fundada livremente, quando da invasão huna (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 2, p. 31; cf. POCOCK, *op. cit.*, p. 305; RUSSO, *op. cit.*, p. 275), por seus próprios cidadãos, como bem ensinou Maquiavel, suas instituições não responderam à altura de sua boa fortuna natural.

Nosso autor vai além no contraste das duas repúblicas, por serem ambas relativamente bem defendidas pelo território, terem um grande rio que as cruza (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 2, p. 25), nem por isso tiveram a mesma história. Para Giannotti, nenhum desses quesitos funciona por si mesmo, isso quer dizer que ele, assim como Savonarola e Maquiavel, prioriza as

condições humanas na explicação e no programa de ação para uma república livre e duradoura. Por isso, seu ponto de partida é institucional e, nesse sentido, Giannotti não foge dos termos centrais do republicanismo antigo e humanista. O governo misto é a mais importante condição para a república que ele persegue.

A teoria do governo misto desequilibrado

A tradição republicana, por vezes, se confunde com a do governo misto. Por um lado, se é possível identificar teorias e autores correntemente localizados como republicanos que não aceitem o governo misto, por outro, não é menos verdade que o republicanismo é extremamente dependente dele. As fontes antigas que mais mantiveram permanência teórica entre os modernos, como brilhantemente pontuou Pocock (2003), são Aristóteles e Políbio, pela divisão dos poderes e separação de funções, respectivamente. Comumente se identifica em Montesquieu a conjunção dessas duas perspectivas a fim de coaduná-las em um formato equilibrado cujo poder seja potentemente equivalente ao outro e, assim, limitando-se mutuamente nenhum seja capaz, ainda que o deseje, de tyrannizar outro poder ou a própria sociedade. Com frequência também essa perspectiva é projetada para autores ingleses do século XVII e os italianos renascentistas²³. Nesse caso, o ideal de governo misto se imiscui em um Estado regido por leis, livre e autogovernado (cf. SKINNER, *op. cit.*, p. 179, tendo por base a noção de equilíbrio²⁴).

A sobrevivência do ideal aristotélico da *politeia* mista, particularmente em suas versões plurais das formas puras de governo, se encontra, desde o próprio estagirita, aliada a uma determinada compreensão da estratificação social, do modo pelo qual as cidades organizam os pobres e os ricos, em

²³ FINK, Zera. **The Classical Republicans: an essay on the recovery of a pattern of thought in seventeenth-century England**. Eugene: Northwestern University Press, 1945.

²⁴ BARON, Hans. "Querelle of Ancients and Moderns". In: KRISTELLER, Paul O. e WIENER, Philip P. (eds.). **Renaissance Essays**. New York: University of Rochester Press, 1992.

seu vocabulário, ou os grandes e o povo, para falar maquiavelianamente. Desse modo, cada instituição governamental, lidas agora sob a ótica de Tito Lívio, seria destinada a cada extrato que compõe a cidade: os grandes possuem o senado e o povo, o tribunate da plebe. A partir da constatação de que em todas as cidades existem dois humores, os que querem governar e os que querem não ser governados, os grandes e o povo, respectivamente, Maquiavel aloca-os cada qual em uma casa legislativa a fim “desafogar” (*sfogare*) as “ambições” de cada um. Parcialmente, o povo não é governado, parcialmente, os grandes governam e, dessa tensão, surgem as leis, e liberdade e a grandeza das repúblicas.

Muito já foi debatido sobre esse lance maquiaveliano e aqui nos cabe apenas o registro. O que nos interessa, entretanto, é o reconhecimento de que as cidades são divididas binariamente, em humores inconciliáveis e conflituosos, mas que para cada um há um modo institucional de desafogá-lo. Assim, uma república mista, ou perfeita como ele sugere, composta das três partes centrais dos regimes mistos, absorve os dois humores e com isso se expande. Nesse ponto, Donato Giannotti oferece uma leitura peculiar.

Igualmente defensor do governo misto e empregando a teoria dos humores, Giannotti retoma a tradição humanista da concórdia ao criticar os tumultos de Roma, porém suas justificativas são bem distintas (cf. CADONI, 1994, p. 249; RUSSO, *op. cit.*, p. 139; TAFURO, *op. cit.*, p. 21). Para ele, as cidades não são divididas aos pares, mas em três diferentes extratos: os grandes (*grandi*), os populares (*popolari*), e os medianos (*mediocri*). Seria esperado, então, uma adequação perfeita entre cada extrato e seu correspondente institucional, conformando, pois, as três instâncias do tradicional governo misto. Mas sua inovação não para aí.

Digo, assim, que esta mistura pode ser feita de dois modos: um modo é quando as três espécies supracitadas de repúblicas são de tal maneira temperadas juntas que uma delas possua igual força do que cada uma outra; outro modo é quando as espécies supracitadas de

repúblicas são de tal maneira temperadas que uma delas exerce na composição maior potência que cada uma das demais em si, como se um médico temperasse um remédio de tal modo que um de seus componentes isoladamente tivesse maior virtude que cada um dos demais separadamente. Consideremos então se em algum deles se encontra fraqueza, e digo que o primeiro modo, segundo o qual as forças de cada parte são iguais às demais, sem dúvida, é defeituoso, e não se deve segui-lo, porque não é possível temperar um Estado tão perfeitamente que a virtude ou, digamos, o poder de cada parte não apareça (GIANNOTTI, 1840, pp. 93-94).

A passagem é repleta de significados e, por isso, foi necessário levá-la até o fim. A despeito de um conjunto muito interessante de termos bem característicos do republicanismo maquiaveliano – o vocabulário médico, a república perfeita e o emparelhamento conceitual entre *virtù* e poder –, gostaríamos de chamar a atenção para o ponto do governo misto. Impressiona-se o leitor familiarizado com os recorrentes argumentos a favor do equilíbrio de poderes, seja pelo ideal humanista de concórdia estática, seja pelo maquiaveliano do conflito dinâmico, que Giannotti o negue explicitamente. O argumento segue o realismo político de Maquiavel de partir das constatações daquilo que se é observado e, nesse caso, salta a seus olhos a impossibilidade de uma república equilibrar igualmente seus poderes. Logo, dada tal impossibilidade, resta ao legislador operar com tal limitação. Mas, ainda que fosse possível dispor os poderes equivalentemente, não seria desejável, uma vez que para igualá-los seria necessário antes igualar os humores e essa uniformidade levaria a facções, dissensões e a ruína, uma vez que desejariam todos governar ou não se deixarem governar²⁵. Esse é um ponto exatamente contrário ao de Maquiavel no primeiro livro dos *Discorsi*: dada a diferenças de humores, é preciso que cada um deles tenha um canal político-institucional para desafogar sua ambição (MACHIARELLI, 2010, p. 72). Por isso, Veneza, a

²⁵ O mesmo argumento se encontra em Guicciardini (2006, p. 67).

cidade que menos divergências de humores tinha, encontra seu fim sem oferecer resistência. O que fez dela livre por mais de mil anos, fez dela fraca. Ambos, Maquiavel e Giannotti, observam na igualdade de humores um problema a ser enfrentado e as respectivas soluções se passam pela aceitação ou rejeição do conflito.

Cabe aqui também uma observação importante sobre o entendimento de Giannotti sobre o governo misto bem ordenado. A defesa do desequilíbrio de poderes, quando se tempera adequadamente cada uma das partes envolvidas, requer duas características que limitam o poder que se sobrepõe. Primeiramente, a parte que se sobrepõe às demais não deve ser de tal monta que as outras duas, unidas, ainda sejam menos fortes que a preponderante. Isso é bastante significativo porquanto se entenda que Giannotti não confia irrestritamente no povo e expressa isso no repetitivo, porém preciso, detalhamento do que quão forte deve ser cada poder em relação a cada um dos demais isoladamente e jamais deve superar a soma dos outros dois (GIANNOTTI, 2011, p. 113). A manutenção de um sistema de pesos e contrapesos ratifica a ideia de que Giannotti reflete a partir da tradição republicana do governo misto e pondera, com ela, a necessidade prática e teórica de um poder superior aos demais (TAFURO, *op. cit.*, p. 48).

A preponderância de um dos poderes frente aos demais é inevitável, porém, somados os outros dois, estes devem prevalecer. De um lado, há as condições reais de relações de forças oriundas da divisão das cidades em três estratos, que não são passíveis de alteração, de outro, há a boa ordenação do legislador que deve constituir os dois poderes mais fracos a fim de que, unidos, sejam mais fortes que o preponderante (cf. RUSSO, *op. cit.*, p. 186). Este segundo aspecto é tema de criação, da virtude do ordenador. Portanto, a instituição mais potente deve oscilar entre ser superior a cada um dos demais individualmente e ser inferior aos outros dois juntos. Repare-se ainda, e este é o segundo aspecto interessante desse modo de se pensar o governo misto, que Giannotti sequer precisou mobilizar a separação de funções para estabelecer os limites dos poderes

ou mesmo ancorá-los no império das leis. Estes aspectos adentem a outros quesitos, relativos à participação popular. Portanto, a estrutura do governo misto de Giannotti corre paralelamente à defesa da superioridade popular e a interdependência de ambos se ratifica por um poder preponderante, porém limitado.

Nesse ponto, ocorre uma diferença substancial entre os dois secretários. A estrutura do argumento de Maquiavel percorre a constatação de que em todas as cidades existem dois humores e, em uma república bem-ordenada, o povo deve ter um veículo institucional para desafogar sua ambição, de modo que possa cumprir sua função pública de vigia da liberdade. Giannotti possui inteira concordância com seu antecessor de que o povo é, de fato, o melhor guardião da liberdade, mas nega que seja através da canalização da ambição. É discutível se, nessa altura do argumento, para Maquiavel, a ambição tenha uma função para além de realização parcial dos humores, como ocorre com a lei agrária romana que transmudou a disputa política em torno da honra por disputas por propriedade (MACHIAVELLI, 2010, I, cap. 37)²⁶. O fato é que, diferentemente de Maquiavel, Giannotti nega que a ambição possa ser de tal modo manejada que não prejudique a república, uma vez que dela advém os tumultos (GIANNOTTI, 1850, vol. 1, p. 102). Ao contrário, pretende ele banir da república qualquer sentimento ambicioso, portador da semente das facções e dos tumultos. Não obstante reafirmar a negação do conflito, Giannotti mantém a perspectiva maquiaveliana de que as honras, sim, devem ser distribuídas adequadamente. Não há evidências textuais que confirmem os motivos dessa limitação da recepção de Maquiavel, mas é bem provável que para Giannotti a ambição leve, necessariamente, ao conflito pela propriedade.

Na sequência, Giannotti expressa duras críticas ao modelo romano usando a autoridade de Políbio, justamente por absorver os conflitos. “Nenhum governo deve ser temperado de tal maneira [como Roma] senão segundo

²⁶ Com relação à lei agrária de Roma e suas consequências para a desigualdade na república, Giannotti tem praticamente a mesma posição de Maquiavel, cf. Giannotti (1850, vol. 1, p. 164).

aquele modo que descrevemos acima no qual a república se inclina para uma das partes e todos aqueles Estados que são de tal modo temperados não sofram nunca alterações civis” (GIANNOTTI, 1840, p. 95). Se Roma engrandeceu com os conflitos não foi por causa deles, mas a despeito deles:

Há quem diga que era impossível que Roma crescesse sem estes tumultos e dissensões populares²⁷. Esta sentença é verdadeira, supondo Roma ordenada do modo que era, porque se o povo quando era injuriado não se ressentisse, se converteria aquela república em tirania, se não de um só, ao menos de mais de um; mas eu bem digo que era possível que Roma crescesse mais do que cresceu sem qualquer dissensão popular (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 108).

Certamente, é com Maquiavel o diálogo²⁸. O modo pelo qual as instituições são pensadas é uma contribuição importante de Giannotti para o debate sobre o governo misto. Pressupunha-se, a partir de uma leitura aristotélico-polibiana (POCOCK, *op. cit.*, p. 277), que cada extrato da cidade teria um lugar que lhe seja próprio no governo, de tal maneira que o povo teria o tribunato e os grandes o senado, se for mantido o vocabulário maquiaveliano. Contudo, Giannotti reconstrói o argumento da república mista a favor de uma diversidade de representações na principal instância governamental (GIANNOTTI, 1850, vol. 1, p. 109), de maneira que cada estrato social seja representado.

Foi preciso que Brutus e Públicola, chefes da república romana, depois da queda dos Tarquínios, temperassem

²⁷ Essa é, por exemplo, a posição de Guicciardini (2000, pp. 7 e 34). Mas, é bastante difícil confirmar que Giannotti tenha retirado dele este argumento anti-maquiaveliano, pois, como se sabe, grande parte das obras de Guicciardini não estavam disponíveis à época.

²⁸ Uma das dificuldades em apontar com eficácia que o interlocutor seja Maquiavel é que, quando se trata de Roma, Giannotti não cita seu antecessor na Chancelaria. Das poucas vezes que Maquiavel aparece nos textos de Giannotti, uma é sobre sua obra literária, outras sobre organização militar. Por outro lado, ao não nomear seu mestre, Giannotti pode estar simplesmente protegendo-o do “erro” de ter defendido os tumultos em Roma.

aquele Estado fazendo-o inclinar para uma das partes, isto é, ao povo ou ao senado, de acordo com o que o tema requeria; e se assim a tivessem ordenado, não teria tido nenhuma alteração, porque aquela parte, para onde a república se inclina, vem a ser mais potente que a outra, e pode facilmente oprimir os insultos que lhe fossem feitos; e porque aquela potência que tem, nasce da forma da república, porém, se a parte contrária se considerar insultada, não a imputa à facção adversária, mas à forma da república (GIANNOTTI, 1840, p. 96).

Ainda que se incline ao senado, nenhuma república pode se dar ao luxo da pretensão de equilíbrio igualitário, pelo singelo fato de que ele, em si mesmo, não existe. Quando, nesse ponto, Giannotti se distancia de Maquiavel²⁹, acaba por se aproximar de Savonarola, ainda que os motivos não sejam exatamente os mesmos. O frade dominicano confiava na capacidade popular de gerir seus próprios negócios, orientados pelas palavras divinas que saíam de sua boca. Como vimos, uma república popular não deve ser estabelecida para fins outros, mas para ser em si mesma um fim. Concorda Giannotti ainda com o frade sobre o fato de que as ambições humanas são absolutamente incontroláveis e, por isso, não merecem qualquer lugar na república.

A questão que fica, portanto, é a explicação sobre a origem da preponderância do povo. Se é claro, para Maquiavel, que o povo é o elemento central dos conflitos políticos através de seu humor, e para Savonarola que o povo é a voz de Deus, o mesmo não ocorre com Giannotti. A explicação mais razoável seria adotar o meio-termo entre o realismo maquiaveliano e a sabedoria do povo unido de Savonarola. Contudo, Giannotti vai além e confere um lance teórico possivelmente inédito na história do pensamento político. Desde Aristóteles, supunha-se

²⁹ Seria possível defender que Giannotti observa em Maquiavel mais a dimensão popular do que o governo misto, como ocorre nos capítulos 3 a 8 do livro I dos *Discorsi*, mas isso implicaria na aceitação do conflito político. Se for esse o caso, Giannotti visa uma república popular sem conflito. Esta é uma interpretação plausível que, no caso de Giannotti, não se difere em essência de sua recepção de Savonarola.

que os estratos sociais se adequariam cada um de modo mais ou menos adaptado a cada instituição que lhe seja destinada: a preponderância do Conselho Grande savonaroliano e o conflito maquiaveliano atestam isso para aquela Florença. Giannotti não admite isso: “O Conselho Grande deve ser um agregado composto daqueles três membros que acima descrevemos, isto é, grandes, medianos e populares” (GIANNOTTI, *op. cit.*, p. 110).

As instâncias governamentais, particularmente o Conselho Grande, devem estar abertas a qualquer um que puder chegar lá (cf. BISACCIA, *op. cit.*, p. 57). O que Giannotti está fazendo com isso é desincompatibilizar a relação entre um extrato social e a instituição política, anulando, pois, marcas de origem ou mesmo humores. O Conselho Grande, desse modo, é composto pelos três extratos da sociedade, incluindo, certamente, o povo. Por isso, nele há quem queira governar e quem queira não ser governado. O critério, então, deixa de ser o humor correspondente a cada casa, e passa a ser a utilidade pública a ele relacionada. Para tal, é preciso que a honra seja distribuída a despeito da origem social de cada um ou mesmo de seu humor, anulando assim qualquer ambição na república. A evidência desse argumento pode ser vista na recomendação para Florença de se adotar a decisão última do Conselho Grande, mesmo se nessa cidade se encontrassem mais habitantes medíocres (GIANNOTTI, 1850, vol. 2, p. 45). Fosse o caso de haver uma compatibilidade direta entre instituição representativa e extrato social, Florença seria mais estável se confiasse maior poder aos organismos intermediários.

Surge uma questão interessante e de difícil solução. Uma vez que o povo é a camada da cidade que pretende não dominar nem ser dominado, e por isso o melhor guardião da liberdade, e o Conselho Grande é a instância que garante a liberdade (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 1, pp. 109 e 224; POCOCK, *op. cit.*, p. 281), seria lógico supor, como tipicamente se fazia até então, que o Conselho Grande deva ser composto apenas por populares, porém, como vimos, não é isso que ocorre. A instância de maior poder da república, devemos lembrar, deve ser composta por todo e

qualquer estrato que existe na cidade. Esse aparente paradoxo se dirime na medida em que se compreende em maior nível de detalhes a sua definição de povo. Ele inicia a sua definição pela condição econômica:

Os pobres não se atêm a comandar, mas, temendo a insolência dos grandes, não desejam obedecer senão àqueles que comandam todos sem distinção, isto é, às leis, e, portanto, basta-lhes que sejam livres, e por livres entenda-se aqueles que não obedecem senão às leis (GIANNOTTI, 1840, p. 19).

Mesmo que haja enorme compatibilidade entre o povo e os pobres, e certamente não há bons motivos para se duvidar disso (BISACCIA, *op. cit.*, p. 23; TAFURO, *op. cit.*, p. 82), o fato de ele inserir uma característica econômica à dimensão dos humores permite que se entenda que sua interpretação dos estratos sociais seja mais complexa do que a de, digamos, Maquiavel e Savonarola. Além disso, as marcas de nobreza são ainda um outro ponto que diferenciam os estratos (GIANNOTTI, *op. cit.*, vol. 1, pp. 23 e 41). Portanto, isso leva a crer que a cisão existente nas cidades não tem a profundidade daquela descrita por Maquiavel (cf. BIGNOTTO, *op. cit.*, p. 213). Em outros termos, Giannotti parece reear da afirmativa de que em todas as cidades existem humores que se contrapõem; não que ele os negue, mas que não são objetivamente diferenciáveis, de tal modo que o critério para identificação de um extrato social deva ser relacional (BISACCIA, *op. cit.*, p. 58). Sem um critério claro e universal que distinga as vontades contrapostas, qualquer forma de as imiscuir nas instituições a fim de desafogar as ambições pode levar a uma sobrevalorização de uma das partes e a derrocada de outras. Compreende-se assim sua rejeição do conflito.

Desejando instituir um governo em uma cidade, onde há estes humores, é preciso pensar em ordená-los de tal modo que cada uma das partes obtenha seu desejo; e daquelas repúblicas que são assim ordenadas pode-se dizer que são perfeitas, porque os homens possuem as

coisas que desejam, não tem razão de fazer tumultos (GIANNOTTI, 1840, p. 20).

Não há, portanto, uma determinação *a priori* de quem nasceu para governar ou para ser governado e aqueles que pendem mais a um ou outro humor convivem, fazendo com que os homens deixam de estar separados e participem na mesma casa política. Certamente de inspiração aristotélica com relação à democracia, ocorre a pulverização dos humores nas diferentes casas, argumento similar ao de Savonarola. Diferentemente de Maquiavel, Giannotti não quer desafogar (*sfogare*) as ambições, mas, antes, acabar com todas elas (cf. ALBERTINI, *op. cit.*, p. 156; RUSSO, *op. cit.*, p. 187). A consequência de tal argumento reside na superioridade do Conselho Grande.

Compreendendo-se que a constituição determina o sucesso da república (GIANNOTTI, 1850, vol. 2, p. 96), o Conselho Grande deve absorver todos os cidadãos, os que desejam dominar, os que desejam não ser dominados e a maior parte da população, isto é, aqueles dos quais não se pode determinar se desejam dominar ou não ser dominados. Assim, o povo, para Giannotti, se confunde com a população, uma vez que todos devem obedecer às leis (ALBERTINI, *op. cit.*, p. 153). Dito de modo mais direto, a preponderância do Conselho Grande é a garantia do império das leis. Repare-se que a dimensão popular desse argumento não se refere a qualquer ontologia positiva do povo, não diz respeito a qualquer qualidade intrínseca a uma fração da população. Esse lance teórico de Giannotti transforma o acesso às instituições mais poderosas. Mas vai bem além disso. Ao supor uma desconexão entre o extrato social e a casa que lhe representa, o autor deixa à disposição dos poderosos as instâncias mais populares e vice-versa. Com essa desconexão, Giannotti, talvez de modo inédito no pensamento político florentino, permite acesso irrestrito de pobres às instâncias mais altas da república.

Conclusão

Veneza foi o modelo referencial para os florentinos desde a expulsão Médici em 1494, por sua estabilidade, durabilidade, acertos e erros. Mas, com Giannotti, a recepção se altera completamente. Sabia o secretário da república florentina que a simples transposição das instituições não funcionaria (SOLDINI, *op. cit.*, p. 589; TAFURO, *op. cit.*, p. 63), tinha consciência de que a história daquela república lhe era particular e, por fim, buscava em Veneza o que faltava em Florença.

Contudo, fica ainda a questão: afinal, o que Veneza tem a ver com a superioridade popular e o governo misto? O modelo veneziano era enaltecido justamente porque combinava adequadamente os extratos sociais com as instituições e isso lhe garantia a oportunidade da realização parcial das vontades. Maquiavel critica Veneza por ser estreita, Savonarola a defende porque tem um verdadeiro Conselho Grande. Giannotti concorda com ambos, mas insere uma dimensão ausente em Veneza, em Florença e em Roma. A efetiva “democratização” de todas os níveis de poder da república se passa pela preponderância do Conselho Grande (GIANNOTTI, 1850, vol. 2, p. 86). Nesse ponto, os exemplos não lhe servem, pois nenhuma república, segundo ele, desconectou os grupos socialmente identificáveis com as instituições correspondentes. O princípio contemporâneo do sufrágio universal, aliás, não é senão uma consequência lógica da percepção giannottiana da universalização isonômica do acesso a todas as instâncias da república. Veneza não a tinha, ela era tão somente o pretexto que ele precisava para democratizar Florença.